

HETERARQUIA URBANA: ALARGAMENTOS DOS CONTEXTOS E DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL¹

Márcio José Veríssimo Catelan:

Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação/Câmpus de

Ourinhos:

marcio.catelan@unesp.br:

RESUMO:

A leitura da complexidade da urbanização brasileira vem exigindo um esforço de análise voltado para a compreensão das interações espaciais na rede urbana e da diferenciação socioespacial. Destacando os papéis e as funções, principalmente das cidades médias e metrópoles, adotando o recorte metodológico da comparação da condição delas na rede urbana de acordo com os estudos de Regiões de Influência de 2010 e 2018 (IBGE, 2010, 2018). A complexidade da rede urbana contemporânea se manifesta por meio das articulações em múltiplas escalas hierárquicas e heterárquicas. Numa comparação primeira entre os momentos da Regic vemos mudanças na condição urbano-regional das cidades médias e metrópoles. Quanto maior for a complexidade das interações espaciais maior a possibilidade de que haja uma aproximação urbano-regional, com implosão de formações socioespaciais e explosão na diferenciação.

Palavras-chave:

Diferenciação Socioespacial, Regic/IBGE, Cidades Médias-Metrópoles

GT – “01”: “Brasil não-metropolitano: temporalidades e espacialidades urbanas”

INTRODUÇÃO

¹ Agradeço aos meus orientandos Eduardo Côrrea, Eduardo Silva, Felipe Silgueiro e Jefferson Fernandes pela leitura de partes deste texto, e Pablo Oliveira pela enorme contribuição com o pensar e a elaboração da cartografia.

Na Geografia, a maioria das abordagens sobre as redes urbanas dizem respeito à diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas de variação, relação entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região (CORRÊA, 2006). A Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller, é considerada a gênese de uma reflexão teórica aprofundada sobre o assunto. Em 1933, o autor publica a obra *Die Zentralen Orte in Süddeutschland* (Os Lugares Centrais no Sul da Alemanha), fundando uma teoria sobre a localização de bens e serviços, a quantidade de centros urbanos, suas dimensões e distribuição no espaço. As proposições do geógrafo alemão referem-se à análise dos núcleos urbanos diversos, entendidos como lugares centrais, nos quais se realizam funções centrais de distribuição de bens e serviços a uma população localizada em sua região de influência (hinterlândia).

As ideias de Christaller inspiraram a realização de pesquisas de vários autores e de instituições dedicadas ao planejamento urbano e regional, como é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dos estudos Regiões de Influência das Cidades (REGICs), publicado em cinco versões (IBGE, 1972; 1987; 2000; 2008; 2020), que classifica as cidades brasileiras, a partir dos seus papéis e funções, nos níveis de metrópole, capital regional, centro sub-regional e centro local.

Por isso, esta proposta tem como dimensão a composição dos centros urbanos no que chamamos de sistema urbano brasileiro, entretanto, buscando superar o paradigma hierárquico como meio e fim para se compreender as interações e o que significam as cidades quando pensadas e interpretadas no “jogo” escalar. Por superação entendemos a necessidade de se correlacionar este paradigma com lógicas e dinâmicas, sobretudo aquelas da reprodução do capitalismo, que atravessam a condição de determinados centros urbanos. Trata-se de reconhecer que o sistema urbano brasileiro contemporâneo, desde as condicionantes da globalização tem demonstrado algo mais que os níveis de importância, muito embora estes níveis ainda sejam explicativos do aprofundamento da diferenciação socioespacial na escala do sistema urbano. Temos, então, uma relação dialética, permeada pelo par hierarquia-heterarquia urbanas, por meio do qual pretendemos ler o conteúdo desta complexidade.

De certo modo são dois enfrentamentos paradigmáticos – o da ‘hierarquia espacial’ e do ‘fragmentário’. Sobre estes a contribuição de Santos (1977) já apontava para uma necessidade futura, naquele momento, de avançarmos numa leitura mais sobre a “formação” do

que a “forma das coisas”. Santos já demonstrava que um forte e consolidado jogo de escala estava por vir quando lembrou que “a diferença entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 1977, p. 87). Ao longo de século XX ‘forma’ e ‘formação’ expressam a elaboração do território brasileiro, bem como a ampliação do conhecimento sobre esta relação. Passamos a ter necessidade de lidar com a diferenciação não porque não se tinha mais distâncias, mas porque se passou a conviver com uma maior heterogeneidade, uma maior diferenciação socioespacial, acompanhadas da necessidade metodológica de compreender na escala macro a complexidade de muitas outras escalas.

Por isso, este artigo, ao se apoiar na proposta da heterarquia urbana, propõe-se a compreender o alargamento dos contextos que durante todo o século XX pairou muito mais na estruturação da forma e do desenho das redes urbanas que propriamente na formação de articulações que superam, principalmente a partir da década de 1980 pra cá, os níveis. Quando o processo de globalização torna o hierárquico mais um resultado que uma equação, porque o cálculo da dimensão de alargamento aponta para uma multidimensionalidade e multiescalaridade, o que torna insuficiente as interpretações em níveis.

Tomando a noção de “dimensão”, este texto está organizado em três planos analíticos que permitem lermos as mudanças e o alargamento dos contextos: as relações entre perspectivas analíticas e os paradigmas; a Totalidade e a "perspectiva do espaço fragmentado", e as Heterarquias da diferenciação socioespacial que levam ao encontro de escalas.

Relações entre perspectivas analíticas e paradigmas

A primeira questão que levantamos refere-se à perspectiva analítica das interações espaciais que geram metodologias para estudos dos papéis e das funções das cidades envolvidas no sistema urbano. A hierarquia urbana é uma forma e um paradigma voltado para a organização e estruturação entre as cidades. Essa perspectiva analítica está ligada aos estudos de Valter Christaller (1933; 1966) conhecidos como a "Teoria dos Lugares Centrais". Estudo das funções das cidades e proposta metodológica que foi tomada como modelo por grande parte da Geografia Urbana e dos Institutos de Geografia e Estatística de diferentes países latino-

americanos², por exemplo. A "Teoria dos Lugares Centrais" também teve um enorme impacto nos estudos realizados em institutos técnicos e faculdades de Geografia, Urbanismo, Arquitetura, Economia, Demografia, entre outros. Estas pesquisas, organizadas por cada um dos institutos técnicos nacionais, têm como contexto um sistema urbano constituído por cidades de diferentes tipologias, como já sublinhou Christaller (1966). O autor identificou em seus estudos que as cidades são lugares centrais porque ganham, justamente, a centralidade e a partir dessa condição, adquirem a capacidade de polarização e articulação em uma área de influência.

Vale a pena perguntar o que significa a Teoria dos Lugares Centrais no sistema urbano contemporâneo? As transformações pelas quais passou o processo de urbanização têm atributos impressos no processo de produção do espaço. São eles: centralidades novas e mais densas; articulações complexas de capital; e a expansão do processo de globalização, das redes informacionais, da produção e do consumo. Santos explicou as mudanças mencionadas por meio da interrelação de Verticalidades-Horizontalidades (SANTOS, 2008) que parte da ideia de uma encruzilhada, ou seja, o ponto em que esses atributos estão envolvidos. Graças a essa abordagem, compreender o sistema urbano é compreender sua estrutura e suas articulações no espaço-tempo, o movimento dos processos e a complexidade que vai além da construção hierárquica da rede de cidades. Nesse contexto marcado pela complexidade contemporânea do espaço proposta pela perspectiva analítica de Milton Santos, reinterpretemos a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller sem cair na tradicional hierarquia absoluta do espaço.

O paradigma da hierarquia espacial pode estar escondido nas entrelinhas das investigações que tratam da complexidade nas interações espaciais. Pode ocorrer também nas perspectivas mais consolidadas da Geografia Urbana. Vale o exemplo de "Metropolização do espaço", proposto por Lencioni (2013). Essa abordagem revela uma visão hierárquica que entende o sistema urbano a partir da metrópole. Lencioni faz um esforço teórico-metodológico para entender a abrangência e a força desse processo que articula as cidades que estão contínua

² Argentina (Instituto Nacional de Estadística e Censo - www.indec.gov.ar); Bolívia (Instituto Nacional de Estadística - www.ine.gov.bo); Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - www.ibge.gov.br); Chile (Instituto Nacional de Estadística - www.ine.cl); Colômbia (Departamento Administrativo Nacional de Estadística - www.dane.gov.co); Equador (Instituto Nacional de Estadística e Censos - www.evadorencifras.gob.ec); Paraguai (Direção-Geral de Estatística, Pesquisas e Censos - www.dgeec.gov.py); Peru (Instituto Nacional de Estadística e Informática - www.inei.gob.pe); Uruguai (Instituto Nacional de Estadística - www.ine.gub.uy); Venezuela (Escritório Central de Estadística e Informática - www.ocei.gov.ve)

ou descontinuamente conectadas no sistema urbano, ou seja, aquelas que estão em regiões metropolitanas, conurbadas ou não, e também as que estão fora dos limites territoriais dessas áreas. A autora tem razão no fato de que o capital se organiza a partir da complexidade metropolitana e se desconcentra no espaço - cidades com status de metrópole, outras que são grandes, cidades médias por seus papéis e funções, independente de uma tipologia por porte demográfico e cidades locais. Para além disso, a desconcentração do capital não é um atributo da metropolização, mas sim do processo de urbanização. Portanto, o capital se organiza no espaço, potencializa e se beneficia numa relação dialética a partir de espaços urbanos que adquirem novos papéis e funções. Essas cidades passam a ter condições competitivas que não necessariamente as vinculam à metrópole, o que põe em questão a metropolização. Este fato não é trivial porque as articulações no sistema urbano adquirem uma nova dimensão explicada para além de seu caráter hierárquico. Isso pode ser entendido no novo contexto criado pela presença de franquias, redes de supermercados, shopping centers, capitais industriais que ganham força em áreas metropolitanas, cidades médias, bem como em alguns lugares onde o capital agroindustrial se impõe. Assim, ao longo do tempo, nas cidades médias, por exemplo, sintetizam-se atributos formados pela articulação dos agentes econômicos local-regionais que se tornam competitivos juntos às cadeias de produção e consumo que atuam em escala nacional e global.

O capital e a forma como ele produz o espaço tem sido compreendido desde o paradigma que permite construir uma metodologia baseada na estrutura hierárquica. Os estudos que abarcam as escalas do sistema urbano, principalmente com a consolidação do processo de globalização, reforçaram desde uma construção dialética o par heterogeneidade-homegeneidade. A consolidação da noção que o processo de globalização abarcaria espaços e dimensões não sobrando nada à possibilidade da heterogeneidade foi premente. Portanto, o que estamos propondo é a construção de uma perspectiva crítica a outro par dialético – totalidade-fragmentação, quando, novamente, Santos (1977) contribui com ao trazer a ideia de que há modos distintos de arranjos espaciais no território.

Devido à natureza complexa do processo de urbanização propomos a compreensão da totalidade e complexidade do urbano, das articulações em múltiplas escalas geográficas e das interações espaciais interesalar como uma proposta teórico-metodológica crítica às tipologias

impregnadas do padrão hierárquico, que embora ainda vigente, torna-se um modelo que permite enxergar o sistema urbano mas, que, ao mesmo tempo o reduz em sua complexidade.

Totalidade e a "perspectiva do espaço fragmentado"

Tratemos, portanto, de um paradigma capaz de permitir a construção metodológica pautada em níveis, mas que pode limitar nossa compreensão do sistema urbano enquanto uma totalidade. Santos esclareceu a ideia de “perspectiva do espaço fragmentado” ao afirmar que uma forma de compreender “a Totalidade concreta” no período da globalização parte da compreensão da totalidade empírica. Este percurso passa por “Examinar as relações efetivas entre Totalidade-Mundo e Lugares. O que equivale a revisitar o movimento do universal ao particular e vice-versa, reexaminar, sob esse olhar, o papel dos acontecimentos e da divisão do mundo atual como intermediação indispensável” (Santos, 2008, p. 115).

A Totalidade, tal como apresentada por Milton Santos, é uma perspectiva analítica que usaremos como base epistemológica da Heterarquia Urbana. Conforme Catelan (2013, p. 22) apresenta, a Heterarquia Urbana é “uma perspectiva analítica de valorização das funções e papéis de cada cidade na rede urbana, de acordo com a escala e as interações espaciais que se processam nas redes onde as cidades estão inseridas”.

A "perspectiva do espaço fragmentado" explica que o espaço é uma soma de partes entendidas no todo. Essa perspectiva é necessária para apresentar o que entendemos por sistema urbano e rede urbana, conceitos distintos que devem ser tratados para a compreensão do binômio Hierarquia-Heterarquia Urbana. Concebemos o sistema urbano como uma construção epistemológica da Totalidade onde estão envolvidas as interações espaciais. E a rede urbana como construção metodológica que revela a morfologia do sistema urbano, portanto, o urbano como manifestação e não somente como forma. De modo que tanto o sistema urbano quanto a rede urbana resultem do espaço produzido e sejam um complexo multiescalar e interescolar de diferenciações sociais, econômicas, políticas e culturais.

É a própria totalidade, é o homogêneo e o heterogêneo, é a quantidade e a qualidade, é o hierárquico e o heterárquico. Abre-se assim o debate sobre a Totalidade e sua relação com a epistemologia da “Geografia Concreta” (Carlos, 2009, p. 73).

A partir da "Teoria dos Lugares Centrais" os estudos urbanos desenvolveram metodologias para a compreensão do espaço produzido e sua dinâmica a partir da concentração econômica e do fluxo de pessoas e mercadorias, que dão movimento ao espaço. De fato, Christaller, por meio da Geografia das redes urbanas, oferece um modelo metodológico para organizar partes do sistema urbano, embora não seja suficiente para explicar a complexidade da Geografia Concreta proposta por Carlos (2009).

Devido à preocupação de Santos (2008) e Carlos (2009) em incorporar a questão da Totalidade no debate da geografia urbana, acrescentamos elementos relevantes como a interação e integração espacial, à racionalidade dos agentes econômicos, a expansão da densidade técnica e informacional e a capacidade de movimento da produção do espaço, de avançar na compreensão dos Lugares Centrais contemporâneos. Esses autores, ao incorporar a nova perspectiva da Totalidade à teoria dos Lugares Centrais, obrigam a geografia urbana a readaptar a perspectiva da Hierarquia espacial no mundo contemporâneo mais fragmentado, mas também mais conectado.

A esse debate se junta a interpretação que Catalão (2010) faz da “Dialética Sócio-espacial” para compreender o espaço metropolitano formado pela centralidade da cidade de Brasília e sua região metropolitana. O autor desenvolveu a ideia de Lefebvre da tríade da dialética espacial para compreender a organização do espaço metropolitano, não apenas pelos limites territoriais, mas também pela perspectiva múltipla e complexa que os constitui. Fato fundamental para compreender o sistema urbano para além da organização hierárquica da rede urbana. Catalão (2010) partiu da proposta de Lefebvre que permite observar o espaço produzido em dois planos: um teórico (que considera o que é percebido, concebido e vivido) e outro, empírico (que é reflexo do cotidiano, da mobilidade urbana e das práticas espaciais).

Tudo isso ajuda a repensar o teórico como abstração do empírico. A Totalidade, a Geografia Concreta e a da Dialética Socioespacial são construções teóricas que permitem observar o processo de urbanização nas suas diferentes dimensões de análise - política, econômica, cultural e social - fundamentais para a compreensão da dimensão espacial. O sistema urbano, configurado pela rede de cidades, é entendido como um amálgama de interações espaciais contínuas e descontínuas. Assim, ao tratar as funções e papéis das cidades na perspectiva da Heterarquia Urbana, não podemos nos concentrar apenas em seu caráter quantitativo, mas também em seu caráter qualitativo.

O sistema urbano contemporâneo engloba a complexidade das escalas geográficas. Portanto, vale dizer que o sistema urbano não é um complexo de engenharias medidas pelos fluxos, estes são apenas reflexos, efeitos, formas de nossas abstrações. O caráter heterárquico como expressão da diferenciação, mas também como possibilidade de apreendemos e avançarmos a um debate de um mundo não somente mais conectado, mas com uma aceleração nunca antes vista das formas de interação, dos modos de vida e de uma divisão territorial do trabalho que extrapola as noções pensadas desde os níveis e os limites dos centros urbanos e suas heterogeneidades. Mas como então construirmos nossa análise espacial no âmbito do sistema urbano brasileiro? O que tem a mais nos estudos do IBGE sobre a região de influência de cidades no Brasil atual que não havia nos anteriores?

Heterarquias da diferenciação socioespacial. Encontro de escalas

Na base conceitual e metodológica para o estudo da rede urbana brasileira o próprio IBGE já considerou a proposta da heterarquia urbana para a compreensão do sistema urbano. Em dois estudos oficiais, “Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil” (IBGE, 2017), e “Regiões de Influência das Cidades, 2018” (IBGE, 2020), o Instituto ressaltou a importância do par hierarquia/heterarquia para a leitura da complexidade da rede urbana contemporânea, ao considerar que

As cidades articulam-se entre si compondo um sistema hierárquico e heterárquico (de complementariedade) de funções (SPOSITO; CATELAN, 2014). Desta forma, elas são hubs de uma ou mais redes de cidades que se articulam de modo a viabilizar o fluxo de mercadorias, informações e ordens (IBGE, 2017, p. 10).

Em sua última edição, a pesquisa REGIC estrutura a rede urbana brasileira em duas dimensões, sendo a primeira a hierarquia entre os centros urbanos, classificada em cinco níveis: metrópole, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local; e as regiões de influência, dimensão que relaciona as cidades de menor para as de maior hierarquia.

A publicação apresenta uma série de análises temáticas da rede urbana brasileira, apontando particularidades relacionadas, por exemplo, às gestões pública, empresarial e do território, deslocamento para compras, centralidade de comércio e serviços, instituições financeiras, ensino superior, serviços de saúde, presença de jornais impressos, serviços de

internet, redes de televisão, cultura e esporte, redes de transporte, insumos para a produção agropecuária e relações internacionais.

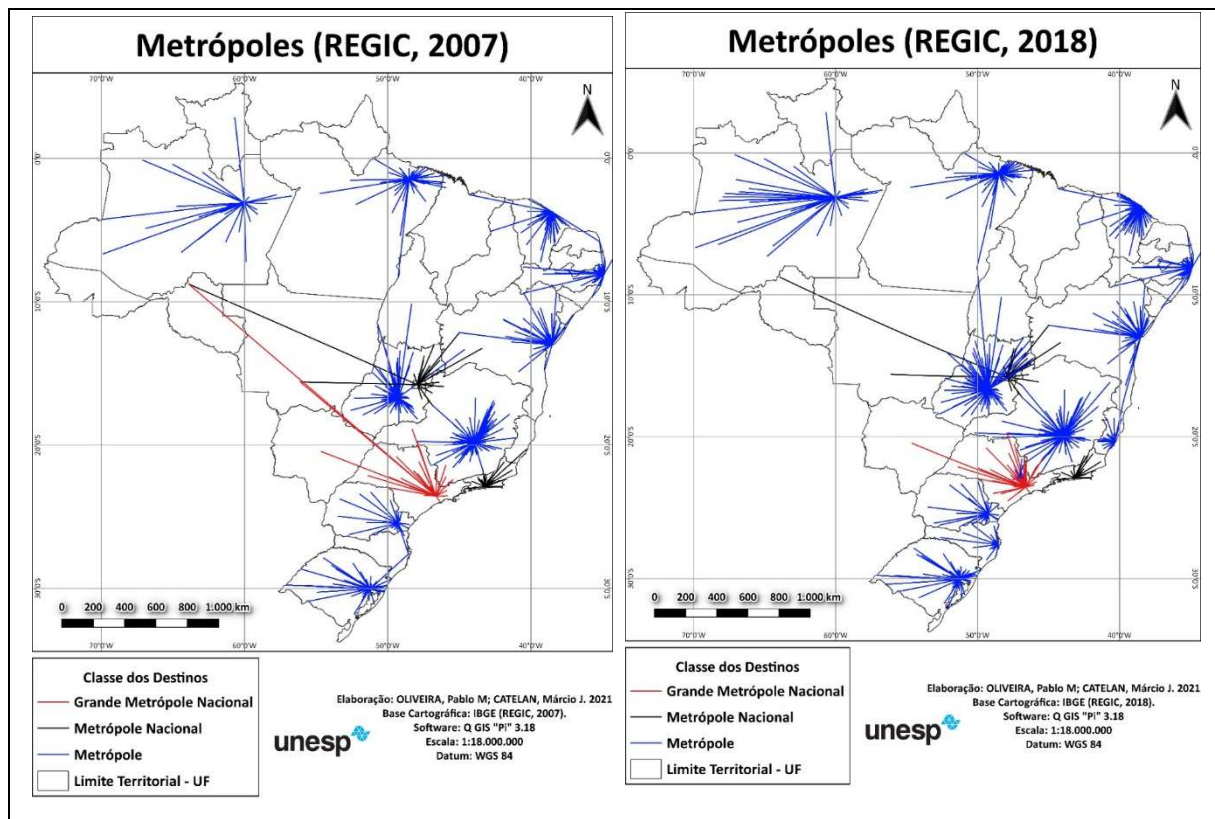
Em Santos (2006 [1996], p. 171) já estava posto que

O aprofundamento da divisão do trabalho impõe formas novas e mais elaboradas de cooperação e de controle, à escala mundo, onde é central o papel dos sistemas de engenharia concebidos para assegurar uma maior fluidez dos fatores hegemônicos e uma maior regulação dos processos produtivos, por intermédio das finanças e da especulação.

Ocorre que, agora, a reorganização dos sistemas de objetos passa por profundas mudanças a fim de recorrer ao impulsionamento rápido e denso dos fluxos. O que impera é o que será valorizado frente à passagem de uma sociedade que já se deparava com a fricção entre os objetos e os fluxos e, agora, vive a superposição de um sistema de engenharia tecnológica mais preocupado com os fluxos dos objetos, do que das pessoas. “A geografia dos fluxos depende, assim, da geografia dos fixos”, como ressaltou Santos (2006 [1996], p. 171).

A reflexão sobre o complexo do sistema urbano está talvez em desagregarmos e desconstruirmos o aspecto visual e analítico sobre os mapas que adotamos a partir das Regics. Os mapas 1 e 2, que apontam as metrópoles identificadas pelo REGIC (2018), expressam muito bem esta relação. Ao lermos ambos os mapas, fica a impressão que estas, as metrópoles continuam sozinhas a comandar o território, a centralidade dos fluxos, o alcance em múltiplas escalas. Se comparamos no tempo, as metrópoles, diferentes e consolidadas que são em suas regiões metropolitanas, ganham força com destaque para Brasília, Manaus e São Paulo, mas, ainda que com maior discricção, todas elas, entre 2008 e 2018, implodem se considerarmos a ampliação dos fluxos. Ainda que nossa análise tenha pouca evidência empírica porque não se apoia em um detalhamento que levou a esta implosão em cada das cidades consideradas metrópoles, é possível afirmar que na Regic é também importante compreendermos os “modos de ver”. O traço que representa a espacialidade dos fluxos significa uma força hierarquicamente posta no topo do sistema urbano, ao mesmo tempo precisa ser lido no movimento espaço-tempo para que olhemos com uma lupa ambos os mapas e os comparemos. Há, de fato, mudanças, no caso das metrópoles, mas no que tange à estrutura hierárquica pela qual se elabora a metodologia no âmbito deste paradigma devemos reconhecer que não se trata de perda, mas de reforço tanto da lógica metropolitana, quanto da lógica regional, quando vemos os mapas 3 e 4.

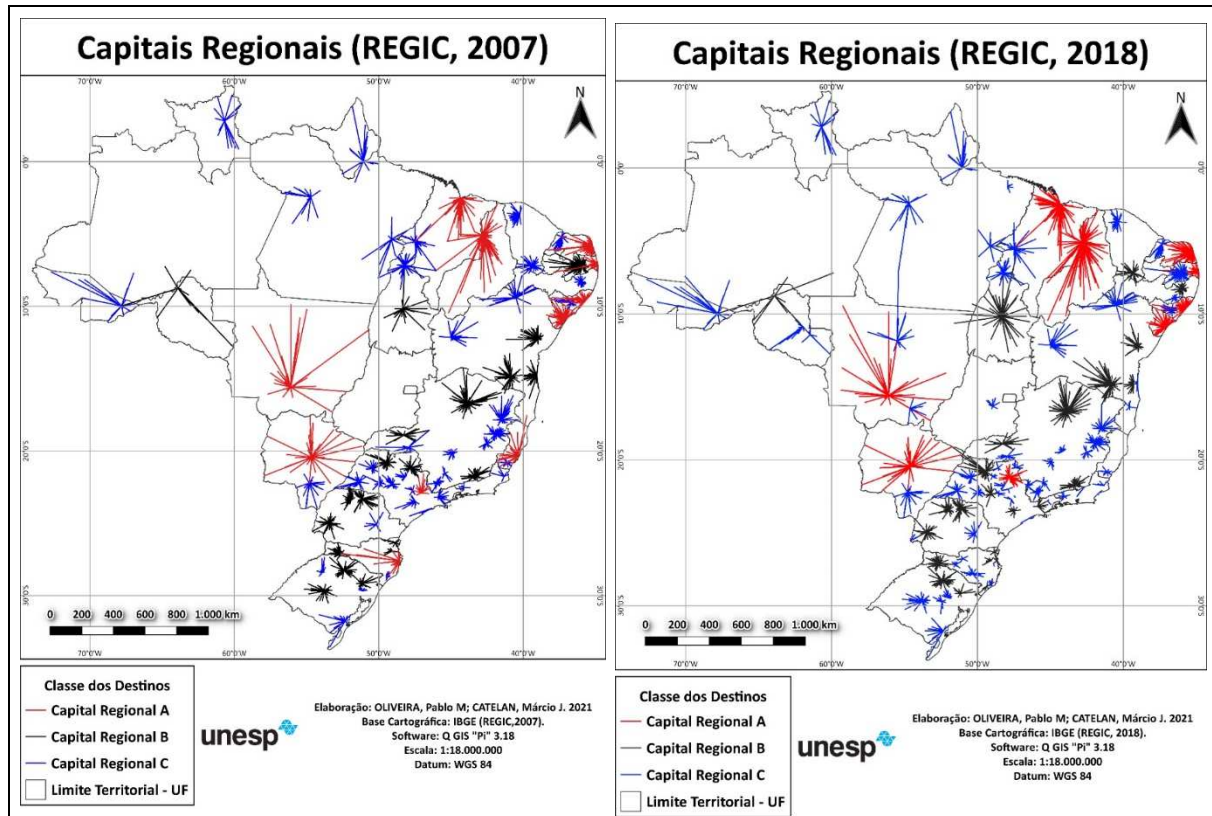
Mapas 1 e 2. Metrôpoles no ‘Regiões de Influência de Cidades’. 2008 e 2018.



Uma primeira questão relevante para a superação de qualquer limitação posta no desenho e na forma da Regic está na relação entre a implosão-explosão de cidades consideradas centros regionais. Pelo viés e paradigma hierárquico, às pressas, diríamos que a Regic aponta para uma manutenção do padrão hierárquico e fragmentário. Mas, se considerarmos não somente o número, mas o aumento na densidade de fluxos em um número considerável de cidades que podemos chamar de “médias” fica evidente que neste caso há tanto implosão, quanto explosão no sistema urbano brasileiro. Na classificação do estudo, as capitais regionais A se mantêm, além de reforçarem sua centralidade. O mesmo ocorre para as capitais regionais B, entretanto, como maior aparecimento delas, bem como reforço de suas centralidades em vários estados da nação. O ponto alto da comparação entre 2008 e 2018 está nas capitais regionais C, porque ganham maior centralidade mesmo havendo maior protagonismo regional, e também de atração do capital nacional e global, das capitais regionais B. Isto é relevante na análise, afinal não basta somente afirmarmos que há hierarquia entre elas, o que é fato. Torna-se cada mais necessário chamarmos a atenção para a força destes centros promovida pelo

arranjo particular de seus agentes que ao mesmo tempo ganham força pela possibilidade de maior fluidez e articulação do capital, das trocas, dos negócios em múltiplas escalas.

Mapas 3 e 4. Centros Regionais no ‘Regiões de Influência de Cidades’. 2008 e 2018.



Ressalta na comparação o fato de que o número de capitais regionais (A, B e C) cobrem parte relevante do território brasileiro. Uma maior densidade de fluxo gerados a partir e de encontro a estes centros aponta para o cuidado com uma leitura que supere a camada mais superficial da espacialização do sistema urbano. Uma hipótese que podemos deixar para as pesquisas outras é que a complexidade do sistema urbano composta por tantos centros que passam a participar ativamente da concentração espacial do capital leva à consolidação da ideia de formação socioespacial posta Santos (1977), mas com uma mudança central: os centros urbanos considerados capitais regionais fazem parte de distintas formações socioespaciais ao mesmo tempo que passam a comanda-las e reestrutura-las. Antes era a escala regional que alterava as cidades, hoje são elas próprias, pela lógica regional reforçada pela multiescalaridade, que comandam e reestruturam as formações socioespaciais. O aparecimento de novas cidades com força regional ao mesmo tempo gera níveis mais distintos, uma hierarquia mais vertical, porém com maior complexidade na diferenciação socioespacial do sistema urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, nota-se o quão forte é o paradigma da hierarquia urbana nas análises da rede urbana. Consideramos, no entanto, que apesar de forte e ainda necessário para explicar a estruturação da rede, tal paradigma não é mais suficiente para entendermos a complexa trama das interações espaciais existentes na rede urbana. O próprio IBGE destaca que “o avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação ampliaram a organização em rede (...) cujos nós são constituídos pelas cidades.” (IBGE, 2008, p. 09).

Corrêa (2006, p. 27) destaca que “a rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade, como no campo, atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. Diferenciações que, por sua vez, condicionam novas ações.

Buscamos o exercício em se compreender o sistema urbano de um país com 5570 recortes municipais e uma abissal condição de concentração e desconcentração espaciais. Uma realidade urbana heterogênea, com interações multi e interescares que compõem um sistema urbano complexo, compreendido por Santos (2008) por meio da ideia de ‘alargamento dos contextos’ no território brasileiro, ao mesmo tempo em que a “autonomia relativa” entre os espaços dá lugar a uma “interdependência crescente” de redes coexistentes no tempo e no espaço.

A complexidade estabelecida nas mudanças decorridas deste contexto de alargamento dá-se, sobretudo, neste momento de mudanças aceleradas, por condições impostas a um mundo que é reorganizado rapidamente na pandemia decorrente do alastramento da Covid-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Vivemos, e está posto no futuro próximo, as incertezas de um acontecer que traz novos desafios e, mais do que nunca, a construção de um método geográfico capaz não somente de apreender, mas de nos apoiarmos à elaboração de novas formas de pensar a produção dos territórios-nação, seu desenho, configuração e interações

espaciais em um urbano que supera nossas acepções, compreensões e métodos ora compreendido.

REFERÊNCIAS

BAHIANA, Luis Cavalcanti da Cunha. **Contribuição ao estudo da questão da escala na Geografia: escalas em Geografia Urbana**. 200 f. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-93.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 17, n. 1, p. 198-220, 2013.

CAMAGNI, Roberto. Organisation économique et réseaux de villes. In: SALEZ, A. (Org.). **Lês villes, lieux d'Europe**. Paris: Datar, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Da "Geografia Abstrata" a "Geografia Concreta"**. In: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 73 a 90.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA. Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas** p. 117-140.

CATALÃO, Igor. **Brasília, metropolização e espaço vivido: práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 156 p.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: Interações espaciais interescales e cidades médias**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. v. 1. 291 p.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**. [1933]. Prentice-Hall, 1966.

CORRÊA. Roberto Lobato. Interações Espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA. Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAVIDOVITCH, Fany. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 40, jan-mar., p. 51-82, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão em Regiões Funcionais Urbanas de 1966 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de influência das cidades de 1987 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de influência das cidades de 1993 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades de 2007 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência de Cidades de 2018 (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. [1976]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LENCIONI, Sandra. **Metropolização do espaço: processos e dinâmicas**. In FERREIRA, A. RUA, J. MARAFON, G. SILVA, A. C. P. da (orgs.) **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

MILANI, Patrícia Helena. “Você mora lá nos predinhos? mas é muito perigoso”. **Vida cotidiana e segregação socioespacial em Três Lagoas-MS**. In: Almeida, R. A. de.; Nardoque, s. (Orgs.) **Dinâmica Territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências**. 2021.

MILANI, Patrícia Helena. **Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas**. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** (Seção Três Lagoas), v. 1, n. 34, p. 125-150, 24 dez. 2021.

RACINE, J. B.; RAFESTIN, C.; RUFY. **Escala e ação: Contribuição para a interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia**. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jan/mar. 1983, p. 133-145.

SÁ BRITTO, Natália Daniela Soares; SPINELLI, Juçara; CATALÃO, Igor de França. **Explorações urbanas sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Chapecó/SC**. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva; RÉDON, Sérgio Moreno (Org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**. 1ed. Porto Alegre: TotalBooks, 2021, v. 1, p. 108-143.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço. A formação Social como Teoria e Método**. **Boletim Paulista de Geografia**. n.54, Jun. de 1977, p.71-100.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. [1996]. São Paulo: Edusp, 2006. 2. ed. 259p.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; SPINELLI, Juçara; FACCIN, Carolina. Rezende; MESQUITA, Lucas Ponte; SILVEIRA, Tamara Francine; SEIBERT, Cheila Carine. As áreas urbanas funcionais das cidades médias de Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Frederico Westphalen na região funcional de planejamento 9 - Rio Grande do Sul. In: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; FACCIN, Carolina Rezende (Org.). **Urbanização, Cidades Médias e Dinâmicas Urbanas e Regionais**. 1ed. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, 2021, v. 1, p. 153-186.

SMITH. Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2013. 319p.

SPINELLI, Juçara. **Mercado imobiliário e desigualdades socioespaciais**. 1. ed. Curitiba/PR: Appris Editora, 2021. v. 1. 353p .

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; CATELAN, Márcio José. Hierarchy and heterarchy in Brazil's urban network. **Brazilian Geographical Journal**: geosciences and humanities research medium, v. 5, n. 2, p. 556-574, July/ Dec. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/26442> . Acesso em: jan. 2022.

ULLMANN, Edward L. **Geography as spatial interaction**. Seattle, London: University of Washington Press, 1980.